

n.107
Jul. Ago. Set.
2009

DIRIGIR

separata



Portugal
**os movimentos
no tempo**

Portugal: os movimentos no tempo

CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA

Jornalista

A população portuguesa sofreu profundas alterações em termos demográficos ao longo do século, que se repercutiram nos mais variados domínios da nossa vida colectiva.

Das migrações internas ao envelhecimento populacional, traçamos um retrato breve dos principais momentos e das questões mais relevantes que contribuíram para essa alteração





A evolução demográfica em Portugal pode ser analisada sob a perspectiva do espaço e do tempo. Na perspectiva do espaço, cabem os fenómenos migratórios que se registaram a nível interno, a deslocação de populações para o exterior (emigração) e a entrada de cidadãos provenientes de outros países (imigração).

A análise, na perspectiva temporal, permite perceber a evolução demográfica ao longo de um determinado período. Começamos, então, pela análise temporal durante o século xx.

A primeira conclusão a tirar é que, durante o último século, a população portuguesa quase duplicou. Em 1900 viviam em

Portugal 5 423 132 pessoas e, de acordo com o Censo de 2001, o número de habitantes no dia 12 de Março desse ano era de 10 355 824. No entanto, ao longo do século o crescimento da população portuguesa foi moderado, com uma taxa de crescimento pouco superior a 0%, registando-se mesmo, na década de 60, uma taxa de crescimento negativa. Ao contrário, as duas décadas seguintes são as que apresentam as taxas de crescimento mais elevadas do século – ligeiramente superiores a 1%.



Não cabendo aqui fazer uma análise circunstanciada de cada uma das variáveis que condicionam a evolução da população portuguesa (mortalidade, natalidade e fecundidade), é oportuno lembrar que a década de 60 foi marcada pelos impactos da emigração e da guerra colonial, e as décadas de 70 e 80 pelo retorno de cidadãos portugueses provenientes das ex-colónias. Já a última década do século xx regista um fenómeno novo: a imigração, até então reduzida, atinge números significativos.

A emigração foi, ao longo dos séculos, um fenómeno histórico e estrutural que condicionou a nossa demografia, mas o seu ritmo tem variado com o tempo. Durante o século xx a emigração foi particularmente intensa, atingindo a taxa anual de 0,58%. O Norte e as ilhas foram as regiões que mais contribuíram para o volume de emigrantes durante este período.

Entre 1930 e 1950, os fluxos da emigração reduziram-se substancialmente, cifrando-se numa taxa de 0,12%.

Durante as duas décadas seguintes (1950/70) a emigração volta a registar números elevados, que atingem 0,78% entre 1960 e 1970.

A década de 70 é bastante peculiar em termos populacionais. Por um lado, voltam a baixar os níveis de emigração, mas a entrada de cidadãos das ex-colónias vai contribuir para alterar o panorama demográfico português. Com efeito, ao contrário do que acontece nas décadas anteriores, o crescimento positivo deixa de se restringir aos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, alargando-se a quase todos os distritos do litoral, pois foi aí que se fixaram, maioritariamente, os cidadãos provenientes das ex-colónias.

A este propósito, J. Manuel Nazareth escreve⁽¹⁾: «Se não tivesse existido este fenómeno (do retorno) a situação de 1970/80 seria sensivelmente idêntica à de 1960/70. É verdade que o retorno se dispersou pela generalidade dos distritos, mas a atracção de certas regiões foi particularmente importante. Se não tivesse havido dispersão, toda a região de grande repulsão⁽²⁾ populacional continuaria com saldos migratórios bastante negativos. Tal não é o caso visto que, de Beja a Bragança, os saldos migratórios continuaram a ser negativos, mas de menor intensidade.»

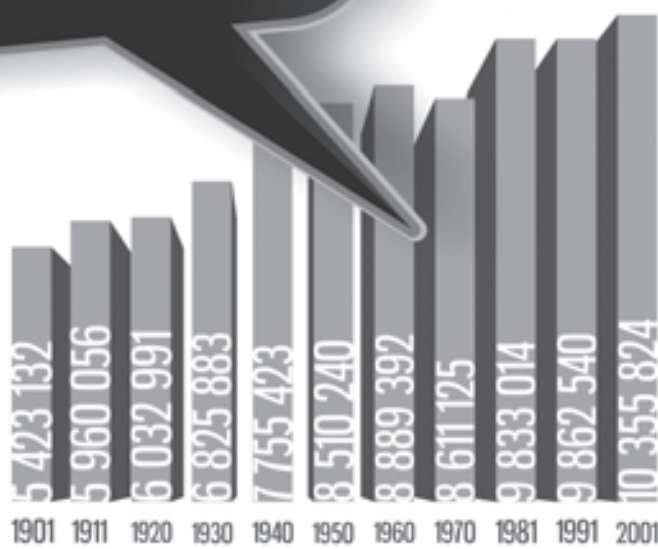
Torna-se, assim, evidente que o retorno acompanhou a tendência geral das migrações internas no nosso país que, como adiante veremos, se traduziram durante quase todo o século num êxodo do interior para o litoral.

De salientar, ainda, que os movimentos migratórios externos conhecem, a partir da década de 80, novos contornos. Como salienta João Ferrão⁽²⁾, «a oscilação entre fases de emigração e fases de regresso, responsável pela alternância entre períodos com saldos migratórios negativos e positivos, parece suceder – ou adicionar-se – a uma lógica mais intermitente, em que comportamentos de circulação ganham peso em detrimento dos movimentos migratórios tradicionais de natureza [tendencialmente] permanente». Parece haver também uma tendência para a emigração portuguesa se qualificar, mobilizando novos segmentos sociais que tradicionalmente não emigravam. Finalmente, a emigração tem tendência a deixar de se concentrar em períodos precisos de tempo para se tornar mais uniforme e em menor volume.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM PORTUGAL

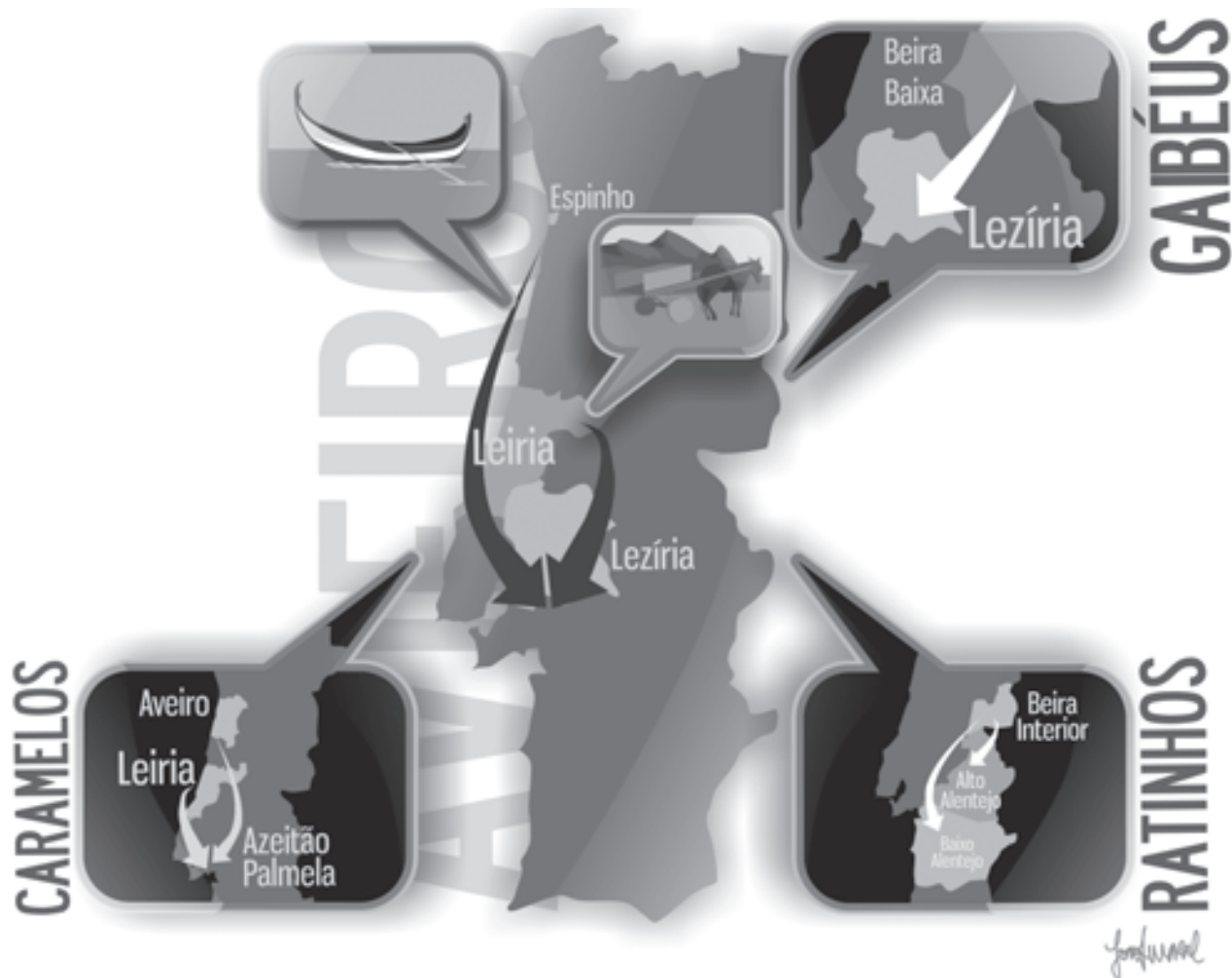
Como já foi referido, a taxa de crescimento da população portuguesa foi moderada ao longo do século. Registe-se agora que, além de escassa, também não foi uniforme em todo o território português. Enquanto os distritos do litoral (Porto, Aveiro, Leiria, Lisboa, Setúbal e Faro) registam taxas positivas, a maioria dos distritos do interior (Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja) regista taxas de crescimento negativo, que é justificada pelos movimentos migratórios internos da população que se deslocou para o litoral (especialmente para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto) e também pelo facto de a maioria da população proveniente das ex-colónias se ter fixado nos distritos do litoral.

Já na década de 90 e princípio do século XXI, o facto de Portugal se ter tornado um destino apetecível levou ao crescimento do número de imigrantes, mas as implicações daí resultantes serão analisadas mais adiante.



Fonte: Censos INE

João Ferrão



MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS

Ao longo da nossa história é possível registar em Portugal diversos movimentos migratórios internos, motivados normalmente por falta de trabalho em determinadas regiões do país, obrigando os residentes a deslocarem-se temporária ou definitivamente para outra região.

Sendo um acontecimento sociocultural relevante e transversal a toda a sociedade, estes fenómenos migratórios suscitaram estudos vários e captaram a atenção de escritores, como foi o caso de Alves Redol. O seu primeiro livro (*Gaibéus*) retrata a realidade dos jornaleiros do Ribatejo e da Beira Baixa que, durante as mondas, se deslocavam para trabalhar na zona da Lezíria. Mas se os gaibéus se deslocavam apenas temporariamente, regressando às suas casas assim que terminava o trabalho da monda na Lezíria, já a deslocação dos avieiros teve características mais permanentes. Embora numa fase inicial as suas migrações tivessem lugar apenas durante o Inverno – altura em que fugiam do rigor do litoral em direcção ao Vale do Tejo, com o decorrer do tempo (este fluxo teve maior incidência entre 1919 e 1939, mas estendeu-se até final dos anos 50) os avieiros dei-

xaram de regressar à costa durante o Verão. Foi um dos movimentos migratórios mais marcantes no país, nomeadamente no Vale do Tejo, zona que pela sua riqueza sempre atraiu populações em busca de melhores condições de vida.

Os avieiros deslocavam-se de barco ou de carroça desde a área da xávega⁽³⁾ – que se estende de Espinho a Vieira de Leiria –, onde as condições climáticas, a morfologia do terreno e a degradação da actividade pesqueira dificultavam a fixação, para o Vale do Tejo e o estuário do Sado.

A deslocação dos avieiros para estas regiões ficou a dever-se à necessidade de garantirem melhores condições de vida. A escassez do peixe reduziu os rendimentos da actividade pesqueira e estes homens e mulheres procuravam um local onde exercer outras actividades que melhorassem os seus rendimentos. Muitos não abandonaram totalmente a pesca, mas passaram também a trabalhar na agricultura, corte e apanha de lenha, e mesmo nas fábricas que entretanto se tinham instalado na região.

Nos primeiros tempos tiveram de enfrentar a hostilidade das populações locais e viram-se obrigados a viver nos seus bar-

cos, onde guardavam todos os haveres e os instrumentos necessários à arte da pesca. Com o decorrer do tempo foram construindo casas em comunidades de características muito peculiares. Da Golegã até Grândola, as aldeias avieiras evidenciavam-se pelas construções palafíticas, edificadas sobre estacas, que permitiam manter as casas acima da linha de água em época de cheias.

Oriundos do litoral, entre Aveiro e Leiria (concelhos de Mira, Cantanhede, Figueirada Foz, Montemor-o-Velho, Soure, Pombal e parte de Leiria), deslocavam-se para a região a sul do Tejo os caramelos. Responsáveis pela expansão vinícola a sul do Tejo, os caramelos instalaram-se inicialmente em Brejos de Azeitão, ainda no século XIX, fixando-se posteriormente nas regiões de Moita e Palmela, onde a colonização foi profundamente intensa em virtude da quantidade de charnecas e sesmarias disponíveis para arroteia de conta própria em regime de foro ou renda.

TIPOLOGIA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS EM PORTUGAL

Quanto ao espaço:

- Deslocação das populações das zonas rurais para os centros urbanos.
- Deslocação do interior para o litoral.
- Deslocação inter-regional e intra-regional.

Quanto à duração:

- Sazonais: ocorrem em determinadas estações do ano e são motivadas pela possibilidade de encontrar trabalho (ex.: períodos de vindimas, ceifa ou férias balneares).
- Temporárias: ocorrem durante um período determinado de tempo para execução de uma tarefa ou trabalho específico (ex.: trabalhos de construção civil).
- Definitivas: implicam a mudança definitiva de residência (ex.: avieiros).

Quanto às causas:

- Económicas: as causas das migrações internas em Portugal foram sempre determinadas pela necessidade de as pessoas se deslocarem de uma região para outra no intuito de melhorarem as suas condições de vida. Os baixos salários dos camponeses obrigava-os a viverem em condições muito precárias.

Noutros países, porém, as migrações também têm sido determinadas por causas naturais (cheias, secas, fenómenos telúricos ou vulcânicos), políticas, étnicas (caso do Darfur, por exemplo) ou religiosas.

- Sociais: a atracção pelo estilo de vida na cidade foi outro factor determinante. A melhoria das condições de vida e a possibilidade de mais oportunidades de sucesso atraíram muitos camponeses para as grandes cidades.

Já no século XX chegam às imediações de Pinhal Novo novas vagas de caramelos em busca de trabalho nas vinhas e na agricultura. Era uma migração sazonal que rapidamente se tornou definitiva, deixando significativas marcas culturais e paisagísticas. As vindimas do Douro, a apanha da azeitona na Beira Baixa, as ceifas no Alentejo ou o trabalho nos arrozais, determinavam igualmente a deslocação sazonal de milhares de pessoas.

As migrações internas foram – como acima referi – um fenómeno colectivo de raízes essencialmente camponesas, que originou profundas alterações sociais em algumas regiões do país. Exemplo bem marcante é a Beira Interior, de onde partiam, sazonalmente, milhares de camponeses (que ficaram conhecidos como ratinhos) rumo aos campos do Ribatejo e do Alentejo para trabalharem na ceifa e na apanha da azeitona.

Estes movimentos pendulares e cíclicos das populações conheceram um abrandamento significativo a partir da década de 60, na qual se começa a operar uma profunda alteração na demografia portuguesa que se estenderá até final do século XX. Factores de ordem política, cultural e económica são determinantes para a mudança.

CONSEQUÊNCIAS DAS MIGRAÇÕES INTERNAS EM PORTUGAL

Nas zonas rurais:

- Envelhecimento da população.
- Diminuição das taxas de natalidade.
- Fuga de mão-de-obra jovem e consequente retracção da economia nessas zonas.
- Desertificação populacional.
- Desequilíbrios demográficos.
- Abandono dos campos que, em alguns casos, provocou alteração das características fundiárias da região, resultantes de uma maior concentração das terras.

Nas zonas urbanas:

- Mais oferta de mão-de-obra, com efeitos na redução dos salários.
- Rejuvenescimento da população urbana.
- Alteração no ordenamento do território, com o aparecimento de construção clandestina e bairros de lata.
- Aumento da edificação suburbana.
- Desenvolvimento desordenado dos subúrbios.

A DEMOGRAFIA DO PORTUGAL «MODERNO»: MIGRAÇÕES DO INTERIOR PARA O LITORAL

João Ferrão (*ob. cit.*) defende que a partir dos anos 60 ocorreu em Portugal um «processo de modernização que contribuiu para a desagregação da(s) ruralidade(s) até então dominante(s) e favoreceu o desenvolvimento urbano e suburbano».

Este processo, iniciado anteriormente noutros países europeus, favoreceu igualmente a expansão de actividades intensivas de mão-de-obra desqualificada no estrangeiro. Por outro lado, a actividade agrícola começou a perder expressão no mundo rural, deixando de constituir a principal fonte de emprego e rendimento. Em consequência, os movimentos migratórios passam a centrar-se em zonas industrializadas (subúrbios de Lisboa e Porto) que absorvem esta força de trabalho rural, originando a transferência directa do mundo rural para os subúrbios.

Ao contrário do que aconteceu noutros países europeus, a desagregação das ruralidades em Portugal não criou rupturas com o passado, pois a fraca industrialização do país conduziu a processos de urbanização assentes no desenvolvimento de actividades administrativas e comerciais, compatíveis com a sobrevivência de realidades socioculturais e económicas de características rurais. Só a partir da década de 80 se re-

gistam sinais fortes de uma transformação nas áreas rurais, que se evidenciam na alteração dos padrões familiares que adiante abordaremos.

Em sentido inverso, regista-se um crescimento da ruralidade urbana, consequência da transferência de actividades, práticas e valores rurais que as populações deslocadas para as áreas urbanas transportam consigo. Como refere João Ferrão, «a existência de hortas e parreiras, ou casas regionais em plena cidade de Lisboa, confirma que essa transferência tende a concretizar-se em muitos, se não na maioria dos casos».

As migrações internas desempenham um papel de regulação demográfica em muitas zonas do país e contribuem para alterar significativamente o ambiente natural. Na demografia do Portugal «moderno», as deslocações sazonais e temporárias perdem significado e já não se fala de ratinhos, gaibéus, caramelos ou pica-milhos.





Os movimentos migratórios passam a fazer-se em direcção a zonas urbanas com forte industrialização, fazendo crescer os subúrbios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Mesmo as áreas mistas, onde a par de uma forte ruralidade existem bolsas de industrialização significativas (indústria vidreira na Marinha Grande, têxtil na Covilhã, por exemplo), deixam de ser pólos atractivos. Perdem, igualmente, significado os movimentos migratórios que não sejam acompanhados de mudança de profissão ou ramo de actividade. O migrante deixa de ter espaço para valorizar, no local de destino, os conhecimentos adquiridos na sua zona de origem.

É no interior rural (particularmente o Alentejo) que tem origem a maioria dos fluxos de migrações internas (de acordo com o Censo de 1981, mais de um terço dos que aí nasceram transferiram, durante a década de 70, a sua residência para outro distrito). No entanto, em relação ao destino dos migrantes registou-se uma evolução que determinou alterações demográficas e organizacionais que vale a pena salientar.

Áreas metropolitanas de Lisboa e Porto: eram os pólos mais atractivos nas décadas de 60 e 70, o que obrigou a uma reorganização interna dos espaços. A consequência mais visível foi o declínio demográfico das cidades de Lisboa e Porto enquanto aumentava a concentração suburbana.

Nos anos 80 inicia-se a fase de autonomização dos subúrbios e desaceleram as taxas de crescimento populacional das duas grandes cidades.

Litoral algarvio: nos anos 60 aumenta o surto imobiliário, em grande parte devido ao desenvolvimento turístico daquela região. Muitas pessoas do Algarve interior e serrano deslocam-se para a orla marítima.

Na década de 70 instalam-se nesta região muitos cidadãos provenientes das ex-colónias e a zona começa a atrair quadros profissionais liberais, mas também população mais idosa que para lá se desloca depois da reforma. Aumenta, significativamente, a fixação de estrangeiros.

Nos anos 80 o saldo migratório para esta região apresenta números positivos, idênticos aos da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Cidades de pequena e média dimensão: principalmente a partir da década de 80, pequenas e médias cidades localizadas no exterior das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no interior do país começam a ser pólos atractivos de movimentos migratórios.

A revitalização económica de algumas destas cidades, alguma desconcentração administrativa e criação de estabelecimentos de ensino superior são alguns dos factores que justificam a atracção das populações. Em contrapartida, verifica-se um êxodo das zonas rurais circundantes a estas cidades.

Áreas de industrialização rural: a região Oeste (nomeadamente o eixo Leiria/Caldas da Rainha) e áreas envolventes do Porto, Aveiro, Braga e Viana do Castelo, tornam-se igualmente atractivas na década de 80, mas os movimentos migratórios são mais intra-regionais do que inter-regionais.

De tudo quanto agora ficou dito, extrai-se a conclusão de que neste período «moderno» os movimentos migratórios se tornaram mais dispersos e, em certa medida, obrigaram a deslocamentos mais curtos. No entanto, as migrações continuam a fazer-se quase exclusivamente em direcção ao litoral, residindo a principal diferença no facto de se dispersarem mais ao longo de toda a costa e deixando de estar concentradas nas duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

O desenvolvimento das vias de comunicação e dos transportes favoreceu, por sua vez, a intensificação de movimentos pendulares diários entre a zona de residência e o local de trabalho.

DINÂMICAS POPULACIONAIS NA DÉCADA DE 90

Entrámos numa nova era?

Maria João Valente Rosae Cláudia Vieira⁽⁴⁾ defendem a existência de cinco transições demográficas em Portugal ao longo do século xx e concluem que Portugal se afirmou, no final do século xx, como um país de demografia moderna: «Portugal deixou, assim, de significar uma das principais exceções da demografia europeia no que diz respeito aos percursos e estruturas familiares, às condições sanitárias e aos níveis de mortalidade, à composição etária da população, aos níveis de urbanização, fecundidade ou à atracção exercida sobre a população dos outros países.»

Vários factores indiciam, efectivamente, que a partir dos anos 90 entramos numa nova fase demográfica, em parte resultante da emergência de situações novas, bem evidentes no panorama internacional e que se reflectem nos dados do Censos 2001 em Portugal: índices de fecundidade baixa e tardia nas zonas urbanas, diminuição da mortalidade infantil, aumento da longevidade, expressão quase nula de movimentos migratórios internos e aumento da imigração são factores que prenunciam alterações visíveis.

Cristina Oliveira e João Peixoto⁽⁵⁾ defendem que as dinâmicas populacionais estão, hoje em dia, mais relacionadas com os movimentos migratórios do que com o crescimento natural. O estudo que efectuaram, baseado em dados do INE, permite, por outro lado, confirmar as novas tendências dos movimentos migratórios internos.

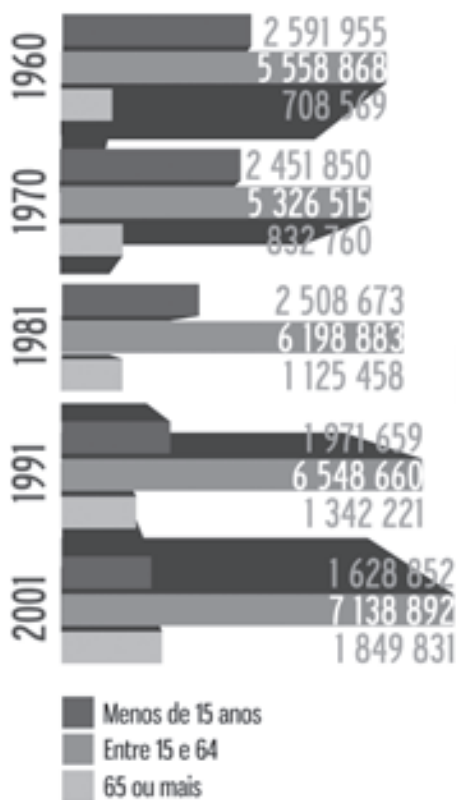
De acordo com os dados analisados, no período de 1992 a 1999 a região Norte foi a que apresentou o saldo migratório positivo mais elevado. No pólo oposto está a região Centro

— a única a apresentar um saldo negativo. Já a região de Lisboa e Vale do Tejo foi a de maior mobilidade, tendo saído pessoas para todas as regiões e entrando pessoas de todas as regiões.

Refira-se, no entanto, que o Alentejo e o Algarve são, em termos relativos, as regiões com maior mobilidade populacional, consequência de serem as regiões com maior taxa de atracção (relação entre os imigrantes internos e a população residente), mas também aquelas onde as taxas de permanência são mais baixas.

O Censos 2001 revela, por outro lado, um novo perfil da população portuguesa. Além de Portugal se ter transformado num país de imigração e de Norte e Centro concentrarem mais de metade da população, regista-se uma transformação estrutural, expressa na inversão das proporções da população jovem e da população idosa.

O envelhecimento da população não é um fenómeno caracteristicamente português. Lembre-se que as duas Conferências Internacionais sobre População, realizadas no Cairo em 1994 e 1999, deram especial ênfase ao envelhecimento da população e à necessidade de encontrar respostas para a enfrentar.



Fonte: Censos INE





O envelhecimento das populações tem reflexos em todas as esferas da sociedade, obrigando a repensar os sistemas de saúde, a segurança social e a educação e a estabelecer novas regras no mercado de trabalho. Convém referir, por outro lado, que os efeitos do aumento da imigração, que numa primeira fase surge como factor dinamizador e rejuvenescedor da sociedade portuguesa (a população imigrante é, em média, 7,3 anos mais jovem do que a portuguesa), tendem a esbater-se, pois os imigrantes acabam, normalmente, por adoptar o comportamento demográfico do país de acolhimento, o que significa que vão ter menos filhos, melhor saúde, envelhecer mais tardiamente e com mais qualidade.

O envelhecimento está, por tudo isto, no cerne de todas as discussões em termos demográficos. No entanto, outros factores merecem especial atenção e condicionarão o futuro. Refira-se apenas, à guisa de conclusão, que não é previsível, nas próximas duas décadas, o crescimento da população portuguesa, devendo estabilizar nos 10,5 milhões de habitantes. Registrar-se-ão crescimentos populacionais na faixa litoral norte, na região do pinhal litoral e na península de Setúbal, enquanto no Alentejo e nas zonas fronteiriças a sul do Douro a tendência é de diminuição, criando assimetrias preocupantes. Embora não seja ainda possível perceber o seu impacto, é notória a existência no princípio do século XXI de um movimento migratório externo com características pendulares e sem abandono da residência, cuja origem se deve essencialmente à facilidade de circulação no espaço europeu. Trata-se de cidadãos que vão trabalhar para Espanha durante a semana (ou períodos mais ou menos prolongados), na agricultura e construção civil, mas que regressam aos seus lares e à família durante o fim-de-semana ou quando termina o contrato de trabalho sazonal.

O fenómeno, porém, não é exclusivamente português ou europeu. Quer nos países ricos quer nos pobres, os problemas das grandes metrópoles agudizam-se. Numas, por via da elevada contaminação atmosférica; noutras, pela crescente pobreza de milhares de refugiados que nelas nem sempre encontram a resolução para o seu grande problema: a fome.

NOTAS

- [1] *Portugal Contemporâneo – Problemas e Perspectivas*.
- [2] «Três décadas de consolidação do Portugal demográfico "moderno"», in *A Situação Social em Portugal*.
- [3] Na área da xávega pratica-se uma variante de pesca de arrasto, que ficou conhecida como arte xávega. Caracteriza-se pelo facto de o barco (conhecido pelo nome de bateira) ter a proa e a popa arredondadas e sair de terra sempre ligado por uma corda, afastando-se até 500 metros da costa. Aí deixa a rede, presa à outra extremidade da corda, sendo depois puxada por bois ou tractores e arrastada até à praia, trazendo o peixe que encontra pelo caminho. Está em vias de extinção, praticando-se apenas em alguns lugares com a ajuda de fundos comunitários.
- [4] *A População Portuguesa no Século XX*.
- [5] *Migrações Inter-Regionais em Portugal Continental (1992-1999)*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- NAZARETH, J. Manuel, et al., *Portugal Contemporâneo, Problemas e Perspectivas*, ed. INA, 1986.
- FERRÃO, João, et al., *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, ed. Instituto Ciências Sociais Universidade de Lisboa, 1996.
- ROSA, Maria João Valente, e VIEIRA, Cláudia, *A População Portuguesa no Século XX, Coleção Breve – Demografia*, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, ed. Sá da Costa, 4.ª ed., 1986.
- Inquéritos do INE (vários anos)
- Censos 2001

